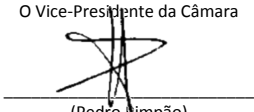




**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara  
  
(Pedro Pimpão)

# CONCURSO PÚBLICO

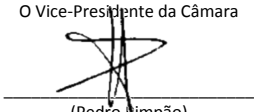
## CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE MADEIRA PARA O PERÍODO DE 2 ANOS

**CADERNO DE ENCARGOS**



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

## **PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS**

### **ARTIGO 1º**

#### **OBJETO**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação do **fornecimento contínuo de madeiras**, conforme descrito na Parte II do presente caderno de encargos.

### **ARTIGO 2º**

#### **CONTRATO**

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo concessionário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo concessionário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **ARTIGO 3º**

#### **PRAZO E REGIME DO FORNECIMENTO**

1- O contrato vigora até ao limite máximo de faturação correspondente ao valor do contrato ou pelo período de dois anos a contar da data da celebração do contrato, consoante o que ocorra em primeiro lugar.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara  
  
 (Pedro Pimpão)

2- O fornecimento é contínuo (faseado) durante o período de vigência do contrato, sendo que as entregas dos bens contratados, serão efetuadas em parcelas, de acordo com as solicitações do Município de Loulé, bem como o fornecedor fica obrigado a fornecer todas as quantidades solicitadas durante o período de vigência do mesmo.

3- O Município de Loulé não fica obrigado a abastecer-se em regime de exclusividade absoluta ao adjudicatário, embora o recurso a outros fornecedores, só deva ocorrer em situações pontuais e residuais relativamente às suas necessidades, devido a circunstâncias imprevistas, ou quando não seja viável recorrer a este, em condições ou tempo útil.

4- O Município de Loulé não fica obrigado a completar, no período de vigência do contrato a aquisição das quantidades indicadas no mapa de quantidades constante da parte II deste caderno de encargos, uma vez que as mesmas são meras estimativas, que se destinam apenas a fornecer uma indicação geral das quantidades previsíveis e a permitir o cálculo do preço base do fornecimento.

5- Caso o contrato se extinga no término do prazo previsto, sem que se tenha adquirido bens no valor global do contrato, não poderá em caso algum, por esse facto, o fornecedor reclamar qualquer tipo de indemnização à Câmara Municipal de Loulé.

#### **ARTIGO 4º**

##### **OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO**

1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na proposta, fichas técnicas e amostras apresentadas;
- b) Obrigação de garantia dos bens.

2- A título acessório, o fornecedor, fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

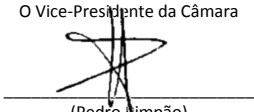
#### **ARTIGO 5º**

##### **ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO**

1- As entregas dos bens serão efetuadas nas oficinas da carpintaria, sitas no Parque de Serviços Urbanos na Franqueada, em Loulé, no prazo de 24 horas após solicitação, sendo as despesas inerentes ao transporte da inteira responsabilidade do fornecedor, sem que tal represente qualquer custo adicional para a entidade pública contratante.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara  
  
(Pedro Pimpão)

2- O fornecedor deverá dispor dos meios necessários à completa descarga dos bens a entregar, para o local de armazenamento.

3- Não deverá ocorrer limites mínimos de encomendas

**ARTIGO 6º**

**CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS**

1- O fornecedor obriga-se a entregar à Entidade Adjudicante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

2- Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4- O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

**SIGILO**

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.

**ARTIGO 9º**

**PREÇO CONTRATUAL**

1- Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao fornecedor de acordo com os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade adjudicante.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara  
  
 (Pedro Pimpão)

**ARTIGO 10º**

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 1- As quantias devidas pela Entidade Adjudicante deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2- Os pagamentos serão efetuados de acordo com as quantidades requisitadas e fornecidas pelo adjudicatário, às quais será aplicado o respetivo preço unitário da proposta e após o Município de Loulé reconhecer não existir lugar a reclamações, sendo que os preços unitários apresentados são fixos durante o período de vigência do contrato.
- 3- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

**ARTIGO 11º**

**SANÇÕES CONTRATUAIS**

- 1- Se o fornecedor não cumprir os prazos de entrega estabelecidos, ou os que venham a ser acordados, acrescidos das prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária, calculada sobre o valor da encomenda, de montante a fixar nos seguintes termos:
  - a) 2% (dois por cento) no primeiro dia de atraso;
  - b) + 4% (quatro por cento) no segundo dia de atraso;
  - c) + 6% (seis por cento) no terceiro dia de atraso;
  - d) + 8% (oito por cento) por cada dia de atraso, a partir do quarto dia de atraso em diante, até ao limite de 36% (trinta e seis por cento).
- 2- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual.
- 3- Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do ponto 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
- 4- Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara  
  
 (Pedro Pimpão)

5- As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que a Entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

6- Para efeitos da aplicação das penalidades previstas, considera-se que o prazo de entrega dos bens se encontra cumprido na data do fornecimento da totalidade dos bens encomendados, desde que se encontrem aceites.

**ARTIGO 12º**

**FORÇA MAIOR**

1- Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

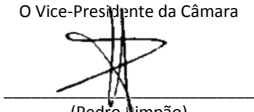
4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

**ARTIGO 13º**

**RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO**

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias.
- b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

**ARTIGO 14º**

**RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR**

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

**ARTIGO 15º**

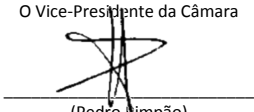
**SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

---

**ARTIGO 16º**

**COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**ARTIGO 17º**

**PREÇOS BASE**

O preço base do procedimento é de **€ 100.000,00** (cem mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

**ARTIGO 18º**

**FORO COMPETENTE**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

**ARTIGO 19º**

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

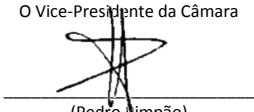
O contrato é regulado pela legislação portuguesa.





**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara

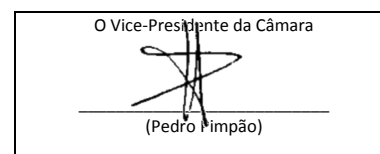


(Pedro Pimpão)

## PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

1- As características técnicas (tipo, formato e dimensões) das madeiras deverão obedecer aos seguintes requisitos:

TIPO	Designação a utilizar	FORMATO / DIMENSÕES (Comprimento x Largura x Espessura)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Aglomerado Cru	Placa / Folha – 2750 mm x 1830 mm x 12 mm	unidade	300
2	Aglomerado Branco	Placa / Folha – 2750 mm x 1830 mm x 16 mm	unidade	20
3	Aglomerado Branco	Placa / Folha – 2750 mm x 1830 mm x 19 mm	unidade	15
4	Casquinha aparelhadas	Barrotes – 60 mm x 80 mm	ml	440
5	Casquinha aparelhadas	Barrotes – 100 mm x 80 mm	ml	20
6	Casquinha aparelhadas	Barrotes – 5000 mm x 60 mm x 80 mm	unidade	60
7	Casquinha Branca	50 mm de espessura	m3	3
8	Madeira de cofragem (Pinho)	Palete	m3	30
9	Madeira de cofragem (Pinho)	Barrotes – 2600 mm x 100 mm x 70 mm	m3	10
10	MDF Standard	Placa / Folha – 2440 mm x 2050 mm x 3 mm	unidade	30
11	MDF Normal	Placa / Folha – 2440 mm x 2050 mm x 5 mm	unidade	30
12	MDF Normal	Placa / Folha – 2440 mm x 1830 mm x 5 mm	unidade	31
13	MDF Normal	Placa / Folha – 2750 mm x 1830 mm x 8 mm	unidade	30
14	MDF Normal	Placa / Folha – 2750 mm x 1830 mm x 10 mm	unidade	40
15	MDF Normal	Placa / Folha – 2750 mm x 1830 mm x 12 mm	unidade	300



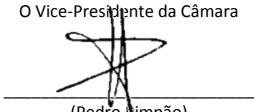
**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

16	MDF Normal	Placa / Folha – 2750 mm x 1830 mm x 16 mm	unidade	60
17	MDF Normal	Placa / Folha – 2750 mm x 1830 mm x 19 mm	unidade	53
18	MDF Laminado Branco	Placa / Folha – 2750 mm x 1830 mm x 16 mm	unidade	120
19	MDF Folheado Mogno	Placa / Folha – 2440 mm x 1830 mm x 12 mm	unidade	10
20	MDF Folheado Mogno	Placa / Folha – 2750 mm x 1830 mm x 16 mm	unidade	10
21	MDF Folheado Mogno	Placa / Folha – 2750 mm x 1830 mm x 19 mm	unidade	20
22	MDF Hidrófugo	Placa / Folha – 2750 mm x 1830 mm x 12 mm	unidade	80
23	MDF Hidrófugo	Placa / Folha – 2750 mm x 1830 mm x 16 mm	unidade	10
24	Contraplacado cofragem	Placa / Folha – 2500 mm x 1250 mm x 18 mm	unidade	140
25	Contraplacado exóticas	C2 - 2500 mm x 125 mm x 9 mm	unidade	10
26	Contraplacado exóticas	TW - 2500 mm x 122 mm x 15 mm	unidade	10
27	Contraplacado	TWBP - 2500 mm x 122 mm x 15 mm	unidade	10
28	Contraplacado Tout okdume	C3 - 2500 mm x 122 mm x 8 mm	unidade	10
29	Contraplacado Tout okdume	C3 - 2500 mm x 122 mm x 12 mm	unidade	60
30	Contraplacado Antiderrapante	2500 mm x 1530 mm x 21 mm	unidade	20
31	Pinho	Tábua – 2640 mm x 25 mm x 20 mm	unidade	500
32	Pinho	Tábua – 2640 mm x 25 mm x 25 mm	unidade	490
33	Sapely	Tábua QV	m3	12
34	Faia Vaporizada com uma face	Tábua QV - 2450 mm x 38 mm de espessura	m3	2
35	Faia Vaporizada com uma	Tábua QV - 3050 mm x 27 mm	m3	2



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

	face	de espessura		
<b>36</b>	Pinho Americano	Tábua QV - 27 mm de espessura	m3	2
<b>37</b>	Portas Lisas Mogno	2000 mm x 700 mm x 35 mm	unidade	5
<b>38</b>	Portas Lisas Mogno	2000 mm x 800 mm x 35 mm	unidade	5
<b>39</b>	Portas Lisas Mogno	2100 mm x 800 mm x 35 mm	unidade	5
<b>40</b>	Portas Lisas Pinho	2000 mm x 600 mm x 35 mm	unidade	5
<b>41</b>	Portas Lisas Pinho	2000 mm x 900 mm x 35 mm	unidade	5

Nota: As propostas serão para o fornecimento de madeiras de acordo com as especificações mencionadas no processo de aquisição e deverão discriminar os preços unitários para cada tipo de medida (unidade, m2 ou m3).

O fornecedor poderá apresentar outras medidas de madeiras, sem prejuízo da apresentação das medidas exigidas, devendo apresentar os respectivos preços.

Ao abrigo deste fornecimento, pontualmente serão também adquiridas, de acordo com as necessidades desta edilidade, outros tipos e medidas de madeiras que não estejam acima especificadas, tais como madeiras exóticas, portas e outro tipos de madeiras, mediante orçamento prévio a aprovar pelos serviços da Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas. No entanto, os encargos com estes tipos de materiais (derivado de madeiras) não deverão ultrapassar 20 % do valor global estipulado para este procedimento.

O preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo, quando o desvio percentual em relação à média dos preços das propostas a admitir é superior a 20%.